

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.089.530 - RS (2017/0090649-7)**

**AGRAVANTE** : DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**PROCURADORE** : IGOR KOEHLER MOREIRA E OUTRO(S) - RS021308 S

CÉSAR ROSSINI RIGO - RS039363

**AGRAVADO** : LEONISIO CAON

**AGRAVADO** : TEREZA GRESELE CAON

**ADVOGADO** : LEOPOLDO ANTÔNIO CARDOSO - RS053249

### **DECISÃO**

Leonísio Caon e Tereza Gresele Caon ajuizaram ação ordinária de desapropriação indireta, combinada com danos emergentes, contra o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS, objetivando a condenação da autarquia estadual ao pagamento da justa quantia pela expropriação de parte de imóvel rural de propriedade de ambos, correspondente à 8.200,00 m<sup>2</sup> (oito mil e duzentos metros quadrados), apossado para construção da Rodovia RS- 342, trecho de ligação com a RS 305, no Município de Horizontina com a cidade de Doutor Maurício Cardoso, conforme Decreto Estadual n. 41.767, de 06-08-02.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu parcial provimento ao recurso de apelação do DAER/RS para estabelecer a correção monetária da verba indenizatória segundo os índices oficiais aplicáveis às cadernetas de poupança, fixar os juros moratórios em percentual de 6% (seis por cento) ao ano, incidentes a partir de 1º de janeiro do exercício financeiro seguinte àquele em que o pagamento deverá ser efetuado e, ainda, determinar o pagamento das custas processuais à razão de 50% (cinquenta por cento), mantendo no mais a decisão monocrática de parcial procedência da ação (fls. 123-133), nos termos da seguinte ementa (fl. 175):

**APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. DAER. INDENIZAÇÃO.**

1. Tanto pela tese regulada via Súmula nº 119 do STJ quanto pela interpretação dos arts. 1.238, parágrafo único, e 2.028, ambos do novo CC, a alegação de prescrição não socorre a pretensão da parte ré. Precedentes.

2. Laudo pericial que se mostra suficientemente fundamentado para acolher o valor indenizatório a ser suportado pela autarquia.

3. Eventual valorização da propriedade remanescente não afasta o direito que tem os expropriados quanto ao preço da terra ocupada pela rodovia estadual. Precedentes.

4. A correção monetária deverá ser apurada segundo os índices oficiais aplicáveis às cadernetas de poupança, até a data de 25/03/2015, após a qual observar-se-á a variação do IPCA-E, conforme a modulação de efeitos

# Superior Tribunal de Justiça

aplicada pelo Pretório Excelso na ADI 4.357.

5. Os juros moratórios, na razão de 6% ao ano, têm como termo inicial o dia 1º de janeiro do exercício financeiro seguinte àquele em que o pagamento deveria ser efetuado, conforme determina o artigo 15-B do Decreto-Lei n. 3.365/41, introduzido pela Medida Provisória n. 2.183-56/2001. Juros compensatórios mantidos para evitar reformatio in pejus.

6. Honorários advocatícios mantidos em 5% do total da condenação. Art. 27, § 1º, do DL nº 3.365/41.

7. O cálculo das custas deve ser lançado à razão de 50%, uma vez que incidente na hipótese a regra do art. 11, a, da Lei 8.121/85. Declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.471/2010, *incidenter tantum*, nos autos do Incidente de Inconstitucionalidade nº 70041334053. Isenção quanto ao pagamento das despesas com Oficiais de Justiça.

8. Sentença procedente em parte na origem.

APELAÇÃO DO DAER PARCIALMENTE PROVIDA.

SENTENÇA CONFIRMADA, NO MAIS, EM REEXAME NECESSÁRIO.

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER/RS interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, no qual aponta violação, pelo aresto vergastado, dos arts. 189 e 2.029 do Código Civil, porquanto, em apertada síntese, o termo inicial do prazo prescricional teve início na data do apossamento administrativo (direito violado), em agosto de 2002, pelo que do reconhecimento da prescrição da pretensão indenizatória, tendo em vista o ajuizamento da ação em 12/12/2012, e o prazo prescricional dez anos para desapropriação indireta.

Alega, ainda, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgados desta Corte Superior relacionados à questão.

Não foram ofertadas contrarrazões e o recurso especial teve o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 225-229), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, verifica-se que a questão central abordada no recurso especial da Autarquia Estadual está relacionada ao prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza pública ou de interesse social ao imóvel expropriado, se de 15 (quinze) anos, previsto no caput do art. 1.238 do Código Civil, ou de 10 (dez) anos, nos termos do parágrafo único do mesmo dispositivo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A respeito do tema, forçoso esclarecer que o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar a matéria tratada nos Recursos Especiais n. 1.757.352/SC e 1.757.385/SC, sob a relatoria do Ministro Herman Benjamin, selecionados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina como representativos da controvérsia, decidiu pela afetação da matéria debatida (Tema 1019/STJ), com o sobrestamento dos recursos excepcionais que versem sobre a definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, nos casos em que o Poder Público realiza obras no local ou atribui natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel.

Confira-se a ementa do julgado:

RECURSOS ESPECIAIS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA. RITO DOS ARTIGOS 1.036 E SEQUENTES DO CPC/2015. RESP 1.757.385/SC E RESP 1.757.352/SC. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IMÓVEL LOCALIZADO EM FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E REALIZAÇÃO DE OBRAS NO LOCAL. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DE 15 ANOS PREVISTO NO CAPUT DO ART. 1.238 DO CC OU DE 10 ANOS DO SEU PARÁGRAFO ÚNICO. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE AFETAÇÃO À PRIMEIRA SEÇÃO. ADMISSÃO.

1. Admitida a afetação com a seguinte delimitação da tese controvertida: "Definição do prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, se de 15 anos, previsto no caput do art. 1.238 do CC, ou de 10 anos, nos termos do parágrafo único".

2. Recursos Especiais submetidos ao regime dos arts. 1.036 e sequentes do CPC (ProAfR no REsp 1757385/SC, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO Julgamento em 25/06/2019, DJe 01/08/2019).

Também merece destaque o fato desta Corte Superior ter pacificado o entendimento no sentido de que os prazos prescricionais previstos no Código Civil de 1916, quando diminuídos pelo novo *códex*, terão seus marcos iniciais contados a partir da sua entrada em vigor, ou seja, no dia 11/01/2003, em homenagem à segurança e à estabilidade das relações jurídicas.

Em destaque, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 119/STJ. CÓDIGO CIVIL DE 2002. REDUÇÃO DO PRAZO. ART. 1.238. PRESCRIÇÃO DECENAL. TERMO INICIAL. ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO. SÚMULA 83/STJ.

1. O Código Civil de 2002 reduziu o prazo do usucapião

# Superior Tribunal de Justiça

extraordinário para 15 anos (art. 1.238, caput) e previu a possibilidade de aplicação do prazo de 10 (dez anos) nos casos em que o possuidor tenha estabelecido no imóvel sua moradia habitual, ou realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

2. Considerando que a desapropriação indireta pressupõe a realização de obras pelo Poder Público ou sua destinação em função da utilidade pública/interesse social, com base no atual Código Civil, o prazo prescricional aplicável às expropriatórias indiretas passou a ser de 10 (dez anos).

3. No caso dos autos, como não decorreu mais da metade do prazo vintenário do Código revogado, consoante a regra de transição prevista no art. 2.028 do CC/2002, incide o prazo decenal do atual Código, contado a partir de sua entrada em vigor (11.1.2003). Assim, tendo em vista que a ação foi proposta em 19/09/2011, antes do

transcurso de 10 (dez) anos da vigência do novo Código Civil, não se configurou a prescrição.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 815431/RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 02/02/2016, DJe 11/02/2016).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, §3º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL. ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL.

1. Não subsiste a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

2. O termo inicial dos prazos prescricionais sujeitos à regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002 devem corresponder à data da entrada em vigor desse diploma (11/1/2003). Precedente.

3. No caso, em janeiro de 2003, quando da entrada em vigor do novo Código Civil, ainda não havia transcorrido, a contar da data do fato supostamente ensejador do direito à reparação civil perseguido pelo autor da demanda, mais da metade do prazo vintenário de que tratava o art. 177 da revogada Lei nº 3.071/1916.

4. O prazo prescricional aplicável à espécie é o trienal (art. 206, §3º, V, do CC/2002) com cômputo a contar da entrada em vigor do novel diploma. Assim, prescrita a pretensão autoral veiculada por ação proposta apenas em dezembro de 2006.

5. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1349307/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Julgamento em 15/09/2016, DJe 26/09/2016).

Assim, em que pese a afetação da matéria para o rito dos repetitivos, o que se verifica, *in casu*, é a possibilidade, desde de logo, da análise de mérito do recurso especial da DAER/RS, porquanto, indiscutivelmente, a pretensão indenizatória dos recorridos não foi alcançada pela prescrição, isso independentemente de o pronunciamento definitivo do STJ estabelecer que a ação de indenização por desapropriação indireta

# *Superior Tribunal de Justiça*

prescreve em dez ou quinze anos. Vejamos o porquê.

Na hipótese dos autos, como a expropriação do imóvel ocorreu em 06/08/2002, segundo informações do próprio recorrente (fl. 145), e a demanda foi proposta em 12/12/2012 (fl. 145), e, considerando ainda, que a contagem do prazo prescricional teve início em 11/01/2003 (entrada em vigor do novo Código Civil), uma vez que não havia transcorrido mais da metade do prazo vintenário do CC revogado (art. 2.028 do novo *códex*), mas tão somente cinco meses, verifica-se que a pretensão indenizatória dos recorridos não foi alcançada pela prescrição, ainda que aplicado o prazo prescricional mínimo de dez anos.

Nesse passo, o dissenso jurisprudencial suscitado também não merece acolhimento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI/STJ, nego provimento ao recurso especial, implicando na majoração dos honorários advocatícios em 6% (seis por cento) do valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator